

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 11 de novembro de 2016.

Edição nº 2027

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	
Atos normativos	2
Editais	2
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Boletins de Pessoal	3
Súmulas de contratos	3
Avisos de licitações	5
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	
Boletins	5



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 11 de novembro de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2027

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N.º 65/2016

Altera o Provimento n.º 07/2012, que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação anual da declaração de bens e rendas dos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso de suas atribuições legais, e

CONSÍDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 12.980/08; CONSIDERANDO a necessidade de adequação do Provimento nº 07/2012 à Instrução Normativa nº 01/2015, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO ainda, o que consta na PR.00565.00077/2015-1,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º Altera o art. 2º do Provimento n.º 07/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A declaração de bens e rendas deverá ser realizada por meio eletrônico, via INTRANET do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, ou via INTERNET, até o prazo máximo de 20 (vinte) dias após a data limite fixada para entrega da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física - DIRPF."

Art. 2º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de novembro de 2016.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Promotor de Justiça, Secretário-Geral.

EDITAL Nº 575/2016- PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo PR.00006.00184/2016-0.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de novembro de 2016.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete

EDITAL Nº 576/2016 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Arvorezinha promoveu o arquivamento do IC nº 00717.00010/2014, instaurado com o fim de apurar possíveis irregularidades na contratação de

empresa, a qual seria de propriedade do marido de Secretária de Educação.

PROCURÁDORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de novembro de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 577/2016 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Ijuí indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de eventual ato de improbidade administrativa praticada por vereador, que encaminhou projeto de lei que beneficia a manutenção de empresas em locais destinados eminentemente para serem áreas residenciais, mediante alteração do zoneamento urbanístico, em Ijuí/RS. A respeito foi instaurado o expediente RD.00794.00148/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de novembro de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 578/2016 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Veranópolis promoveu o arquivamento do IC nº 00929.00052/2012, instaurado com a notícia de possível irregularidade no parcelamento de solo no Município de Cotiporã/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de novembro de 2016

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 579/2016 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Alvorada promoveu o arquivamento do IC nº 00935.00035/2015, instaurado a fim de apurar o funcionamento de salão de festas, em tese, sem alvarás e sem PPCI, no bairro Americana em Alvorada/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de novembro de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete

EDITAL Nº 580/2016 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Veranópolis promoveu o arquivamento do IC nº 00929.00006/2016, instaurado a partir de notícia dando conta, em tese, de abusividade nos preços dos combustíveis comercializados nos Municípios da Comarca de Veranópolis/RS.

PROCURÁDORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de novembro de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete.



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 11 de novembro de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2027

EDITAL Nº 581/2016 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do \S 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Especializada Alvorada promoveu o arquivamento do IC nº 00935.00032/2015, instaurado a fim de apurar o funcionamento de salão de eventos, em tese, sem alvarás e sem PPCI, no bairro Sumaré em Alvorada/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de novembro de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 582/2016 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de possível descumprimento de carga horária de trabalho por servidora da Secretaria Estadual de Saúde. A respeito foi instaurado o expediente RD.00748.01330/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de novembro de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça, Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 375/2016

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE: EXONERAR

- a pedido, a contar de 11 de novembro de 2016, o servidor TIAGO DA COSTA DE LIMA, ID n.º 3451976, do cargo de Agente Administrativo, classe "M", deste órgão, em virtude de posse em cargo público estadual (Port. 3555/2016).
- a pedido, a contar de 10 de novembro de 2016, o servidor ALEXANDRE MARINI KRUSSER DA SILVA, ID n.º 3452220, do cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, classe "O", em virtude de posse no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste órgão (Port. 3630/2016).
 NOMEAR
- CAROLINE SILVA DE ALMEIDA, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Promotor de Justiça I, CC-06, deste órgão (Port. 3631/2016).
- GRACIOMAR DE SOUZA MACHADO, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Segurança Institucional IV CC3, deste órgão (Port. 3627/2016).
- JEVERSON OLMIRO LOPES GOULART, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Segurança Institucional IV CC3, deste órgão (Port. 3628/2016).

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 19/10/2016, no cargo de Agente Administrativo, Classe "M", ELY LUIZ LISKA FILHO, tendo entrado em exercício em 10/11/2016.
- habilitado para tomar posse, a contar de 10/11/2016, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", ALEXANDRE MARINI KRUSSER DA SILVA, tendo entrado em exercício em 10/11/2016.

- habilitado para tomar posse, a contar de 09/11/2016, no cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, ANDRÉ HOFF VILLEROY, tendo entrado em exercício em 09/11/2016.
- habilitada para tomar posse, a contar de 09/11/2016, no cargo de Agente Administrativo, Classe "M", VANESSA SCHUSTER, tendo entrado em exercício em 10/11/2016.
- habilitada para tomar posse, a contar de 08/11/2016, no cargo de Agente Administrativo, Classe "M", PATRÍCIA MULLER LOVATTO, tendo entrado em exercício em 10/11/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de novembro de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DO 2º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UAJ Nº 184/2015 PROCESSO Nº 2568-09.00/15-8 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2015

CONTRATADA: NGX COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA.; OBJETO: prorrogação da vigência contratual, por 12 (doze) meses, a contar de 19 de março de 2016; renúncia, por parte da contratada, ao reajuste de preços a que teria direito, nos termos do item 5.10 da cláusula quinta da avença, no que concerne ao período, ficando mantidos os valores vigentes; VALOR TOTAL: R\$ 175.834,34; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3924; FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como cláusula sétima do ajuste. PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES, Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR PR.02416.00020/2016-6

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e a Promotora de Justiça **AMANDA GIOVANAZ**, ID n.º 3449971; OBJETO: permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IUZ6937, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de novembro de 2016.

ANA CRISTIANA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DE COMPRAS REALIZADAS ATRAVÉS PROCESSO N.º 0951-09.00/16-3 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 31/16

Aquisição de material Hidráulico em caixas acopladas e ligações de purificadores referente a Ata de Registro de Preços nº 062/16, decorrente do Pregão Eletrônico N° 31/16, firmada com a empresa DIEGO RUPERTI ROCHA - ME conforme especificações abaixo:



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 11 de novembro de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2027

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário
1	ENGATE FLEXÍVEL DE ½ COM 60 CM DE COMPRIMENTO	20	5,40
3	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO, COM GUIA	6	6,00
4	FITA VEDA ROSCA, ROLO DE 18MMX10METROS	20	2,50
5	ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS PVC, EM BISNAGAS DE 75G	12	3,54
10	KIT COMPLETO PARA CAIXA ACOPLADA, MECANISMO DE ENTRADA UNIVERSAL E DESCARGA DO TIPO DUAL FLUSH, COM ACIONADOR CROMADO, INSTALAÇÃO UNIVERSAL (LATERAL, SUPERIOR OU FRONTAL) SIMILAR A CENSI 9562 OU MECANISMO DUPLO UNIVERSAL MDU/R DA ASTRA.	20	118,00

Valor Total da aquisição: R\$2.596,48; FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES, Diretor-Geral.

SÚMULA DE COMPRAS REALIZADAS ATRAVÉS PROCESSO N.º 0951-09.00/16-3 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 31/16

Aquisição de material hidráulico para manutenção em caixas acopladas e ligação de purificadores e torneiras referente a Ata de Registro de Preços nº 063/2016, decorrente do Pregão Eletrônico N° 31/16, firmada com a empresa ELITE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário
11	MECANISMO DE SAÍDA PARA CAIXA ACOPLADA, DO TIPO DUAL FLUSH, SIMILAR AO CENSI REF 9555 OU MDUS/R DA ASTRA	30	77,22
12	MECANISMO DE ENTRADA PARA CAIXA ACOPLADA UNIVERSAL, SIMILAR AO MASTER FLUX REF 9000 DA CENSI OU HEU DA ASTRA	30	34,13

Valor Total da aquisição: R\$3.340,50; FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE COMPRAS REALIZADAS ATRAVÉS PROCESSO N.º 432-09.00/16-1 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2016

Aquisição de bombas centrífugas para recalque de água potável conforme Ata de Registro de Preços nº 6/16, decorrente do Pregão Eletrônico Nº 8/16, firmada com a empresa CENTRÃO COMÉRCIOS DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor unitário
1	BOMBA CENTRÍFUGA, MONOESTÁGIO, BOCAIS COM ROSCA BSP, SUCÇÃO COM 1 ½" E DESCARGA COM 1", 3HP, MOTOR TRIFÁSICO 220/380V, CLASSE DE PROTEÇÃO IP- 21, VAZÃO MÍNIMA DE 8M³/H COM COLUNA DE ÁGUA DE 40 METROS (M.C.A)	1	920,00
2	BOMBA CENTRÍFUGA, MONOESTÁGIO, BOCAIS COM ROSCA BSP, SUCÇÃO COM 1 ½" E DESCARGA COM 1", 2HP, MOTOR MONOFÁSICO 220V, CLASSE DE PROTEÇÃO IP- 21, VAZÃO MÍNIMA DE 13M³/H COM COLUNA DE ÁGUA DE 20 METROS (M.C.A)	2	1.040,00
3	BOMBA CENTRÍFUGA, MONOESTÁGIO, BOCAIS COM ROSCA BSP, SUCÇÃO COM 1 ½" E DESCARGA COM 1", 2HP, MOTOR TRIFÁSICO 220V/380V, CLASSE DE PROTEÇÃO IP- 21, VAZÃO MÍNIMA DE 13M³/H COM COLUNA DE ÁGUA DE 20 METROS (M.C.A)	1	890,00
4	BOMBA CENTRÍFUGA MONOESTÁGIO, BOCAIS COM ROSCA BSP, SUCÇÃO COM 1 ½" E DESCARGA COM 1", 1,5HP, MOTOR TRIFÁSICO (220V/380V), CLASSE DE PROTEÇÃO IP- 21, VAZÃO MÍNIMA DE 11M³/H COM COLUNA DE ÁGUA DE 20 METROS (M.C.A)	2	878,00

Valor Total da aquisição: R\$ 5.646,00; FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de novembro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 11 de novembro de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2027

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL E REAGENDAMENTO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 97/2016 (Processo nº 1845-09.00/16-1) Tipo: Menor Preço. Objeto: Registro de preços de 500 (quinhentos) Certificados Digitais armazenados em mídias do tipo Cartão Inteligente homologadas pelo ICP-Brasil, tipo A3, e-CPF, padrão ICP-Brasil, válidos por 3 anos, com validação presencial nas dependências da Autoridade de Registro da Contratada no RS, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. Motivação: necessidade de alteração dos itens 9.2.5.2.1"d", 9.1."d" e 9.2.4."b" do Edital. Data e horário de abertura das propostas: 25/11/2016, às 9 horas. Data e horário de início da disputa 25/11/2016 preços: às 14 horas. <u>www.pregaobanrisul.com.br</u>. Editais disponíveis na página: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico.

Informações gerais: e-mail, licitacoes@mprs.mp.br. Base legal: Lei estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de novembro de 2016.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,

Pregoeiro.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

(1) Pregão Eletrônico n.º 106/2016 (Processo nº 1940-09.00/16-6) Tipo: Menor Preço. Objeto: Contratação de empresa especializada, objetivando a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva para o sistema de climatização VRF (Variable Refrigerant Flow) do Data Center desta Instituição, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. Data e horário de abertura das propostas: 25/11/2016, às 9 horas. Data e horário de início da disputa de preços: 25/11/2016 às 14

(2) Pregão Eletrônico n.º 107/2016 (Processo nº 1859-09.00/16-4) <u>Tipo</u>: Menor Preço. <u>Objeto:</u> Contratação de empresa especializada para adaptação de veículo FIAT DOBLÔ ESSENCE, de propriedade desta Instituição, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. Data e horário de abertura das propostas: 28/11/2016, às 9 horas. Data e horário de início da disputa de preços: 28/11/2016 às 11 horas.

(3) Pregão Eletrônico n.º 108/2016 (Processo nº 1965-09.00/16-3) Tipo: Menor Preço Por Item. Objeto: Contratação de empresa para prestação de servicos de monitoramento remoto de sistema de alarme de segurança 24 horas para sedes desta Instituição no Interior do Estado, com disponibilização de equipamentos em comodato e pronta resposta, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. Data e horário de abertura das propostas: 25/11/2016, às 9 horas. Data e horário de início da disputa de preços: 25/11/2016 às 14 horas.

(4) Pregão Eletrônico n.º 109/2016 (Processo nº 2038-09.00/16-0) Tipo: Menor Preço Global. Objeto: Contratação de serviço de monitoramento remoto de sistema de alarme de segurança 24 horas para o MPRS/Panambi - Rua Julio de Castilhos, nº 1180 - Bairro Fátima, com disponibilização dos equipamentos em forma de comodato, com pronta resposta mediante agente técnico de vistoria para verificação do local protegido, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. Data e horário de abertura das propostas: 25/11/2016, às 9 horas. Data e horário de início da disputa de preços: 25/11/2016 às 11 horas.

Local: www.pregaobanrisul.com.br. Editais disponíveis na http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico. Informações gerais: e-mail, <u>licitacoes @mprs.mp.br</u>. Base

legal: Lei Estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de novembro de 2016.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL, Pregoeiro.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 200/2016

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Civis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00779.00004/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul por Rodrigo de Oliveira Vieira - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul com a finalidade de verificar se a estrutura de funcionamento oferecida ao Conselho Tutelar de Mata é adequada. Investigado: Município de Mata. Local do Fato: Mata/RS.

IC 00824.00169/2016 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas por André Barbosa de Borba - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas com a finalidade de OBJETO: apurar eventuais irregularidades na aquisição pelo Município de Pelotas de 9500 kg de LINGUIÇA (contrato administrativo nº 139/2012); PARTES: investigado: À DEFINIR.

LOCAL: PELOTAS/RS Investigado não informado. Local do Fato: Pelotas.

IC 00853.00069/2016 instaurado na Promotoria de Justica Cível de Rio Grande por Érico Rezende Russo - 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande com a finalidade de Averiguar manutenção e restauração de imóvel com valor histórico situado na Rua General Bacelar, nº 125, Centro. Investigado: Mouses Pietro Cardozo. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00882.00081/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula por Bruno Pereira Pereira - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula com a finalidade de OMISSÃO QUANTO À APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE PELO DANO AO VEÍCULO CAMIONETE FORD RANGER XLS, PLACAS IRK 5541, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA Investigados: Antonio Juarez Hampel Schlichting, Prefeito Municipal de São Francisco de Paula na gestão 2013-2016 e Rinaldo Costa Simões, Secretário Municipal de Saúde de São Francisco de Paula na gestão 2013-2016. Local do Fato: São Francisco de Paula.

IC 00891.00041/2016 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo por Alexandra Carniel Antonio - 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo com a finalidade de APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA SERVIDORA SÔNIA MARIA CHERUTTI NA QUALIDADE DE DIRETORA DA E.M.E.F. CLODOMIR VIANNA MOOG Investigado: Sônia Maria Cherutti. Local do Fato: São Leopoldo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de

Novembro de 2016.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,

Coordenador do Cao Cível e de Defesa do Patrimônio Público. De acordo.

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 11 de novembro de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2027

O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Civis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00894.00058/2016 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga por Fernando de Araujo Bittencourt - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga com a finalidade de Apurar condutas a atividades lesivas ao sossego público pela realização de festas ao ar livre no BANDITT PUB Investigado: Leandro Dias de Melo. Local do Fato: São Luiz Gonzaga.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de Novembro de 2016.

DÉBORA REGINA MENEGAT,

Coordenadora do Cao da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Civis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00738.00020/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Canguçu por Marcio Saalfeld Pinto Ferreira - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Canguçu com a finalidade de apurar as condições de trafegabilidade do denominado "Corredor do Marino Pinheiro, situado na Estrada da Boa Vista, 3º Distrito de Canguçu, RS, figurando como investigado o MUNICÍPIO DE CANGUÇU.

IC 00738.00021/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Canguçu por Marcio Saalfeld Pinto Ferreira - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Canguçu com a finalidade de apurar eventual deficiência na distribuição de água encanada na Vila Zezeco Pereira, neste Município de Canguçu, RS. INVESTIGADA: Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

Inquérito Civil 01631.000.543/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE PORTO ALEGRE em 10/11/2016 por Rossano Biazus com a finalidade de apurar prática abusiva na cobrança de mensalidade para realizar empreendimento imobiliário

Investigado(s): AESPPOM-RS - Assoc. Recreativa, Cultural e Beneficente das Esposas dos Policiais Militares e Policiais Femininas do Nível Médio do RGS CAO comunicado: CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de Novembro de 2016.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do Cao de Defesa do Consumidor.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justica para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Civis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

01708.000.104/2016 Inquérito Civil instaurado PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AGUDO em 09/11/2016 por Daniela Sudbrack Gaspar Raiser com a finalidade de OBJETO: apurar possível dano ambiental descumprimento de licença ambiental, conforme art. 55 da Lei 9.605-98 e art. 2.º da Lei 8176-91. LOCAL: Localidade de Linha Sinimbu, junto ao Arroio da Porta, interior de Paraíso do Sul/RS. INVESTIGADO: Município de Paraíso do Sul. REPRESENTANTE: 2º Batalhão Ambiental da Brigada Militar de Santa Maria/RS

Investigado(s): Município de Paraíso do Sul. CAO comunicado: CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

IC 00760.00026/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Encantado por André Eduardo Schröder Prediger - 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado com a finalidade de apurar dano ambiental, consistente na supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente, sem licença ou autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Délio Sgari. Local do Fato: Roca Sales

IC 00790.00012/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Herval por Cristiane Maria Scholl Levien - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Herval com a finalidade de apurar danos ambientais diversos no "Condomínio Ivan Silva" e na "Fazenda Santo Antônio", decorrentes de deposito irregular de agrotóxicos e resíduos sólidos, não licenciadas de irrigação, gado confinado, oficina, açudes, barragens, poço artesiano, tanque de combustíveis, abate clandestino e intervenção em Área de preservação Permanente. Investigado: Ivon da Silva Junior. Local do Fato: Herval.

IC 00833.00046/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre por Annelise Monteiro Steigleder - 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre com a finalidade de Poluição sonora causada pelo estabelecimento denominado Casa de Praia Bar, localizado na Rua José do Patrocínio, n.º 878, bairro Cidade Baixa, nesta Capital Investigado: Casa de Praia Bar. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 00913.00042/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Tenente Portela por Guilherme Santos Rosa Lopes - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela com a finalidade de OBJETO: Dano ambiental - funcionamento de silo.

LOCAL: Rua Guarita,75, centro, Tenente Portela/RS PARTES: Nilton Arno Braucks.

IC 00970.00009/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba por Raquel Isotton - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba com a finalidade de Objeto: Acompanhar a regularização da área localizada na Rua Teresina no Bairro Jardim Santa Rita em Guaíba/RS, em que situada uma igreja.

Investigado: Município de Guaíba.

Local dos fatos: Guaíba/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de Novembro de 2016.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do Cao de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo.

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 11 de novembro de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2027

O COORDENADOR DO GABINETE DE ASSESSORAMENTO ELEITORAL cientifica, na forma do § 1º do artigo 5º da Resolução nº 02/2014 da Procuradoria-Geral de Justiça, que o Ministério Público Eleitoral instaurou o Procedimento Preparatório Eleitoral, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

PA 00916.00129/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Três de Maio por Carolina Zimmer - 2º Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Três de Maio com a finalidade de OBJETO: POSSÍVEL CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. INVESTIGADO: GUSTAVO BIGOLIN, PREFEITO ELEITO DO MUNICÍPIO DE ALEGRIA, ELOI BOHN, VICE-PREFEITO ELEITO DO MUNICÍPIO DE ALEGRIA, DIANE LICZBINSKI, CANDIDATA AO CARGO DE VEREADORA DO MUNICÍPIO DE ALEGRIA.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de Novembro de 2016.

RODRIGO LÓPEZ ZILIO,

Coordenador do Gabinete de Assessoramento Eleitoral. De acordo.

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.